



256

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0304485-5

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Procurador de Justiça: Ricardo Guerra Gabínio.

Embargado: José Noserinaldo Santos Fernandes.

Advogado: Joaquim Rodrigues da Silva.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONDENAÇÃO DO AUTOR/EMBARGADO AO PAGAMENTO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO PROCESSUAL. ACLARATÓRIOS PROVIDOS PARCIALMENTE APENAS PARA INTEGRAR O ACÓRDÃO EMBARGADO, SEM OPERAR EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO UNÂNIME.

1. A condenação por litigância de má-fé deve estar estribada em fatos concretos, uma vez que não se presume incontestes de que a parte agiu de forma maldosa e dolosa.
2. O fato de o autor executar uma obra sabendo que esta, após procedimento licitatório, passou a ser incumbência da empresa EPA- CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA e deduzir demanda em Juízo para cobrar o valor correspondente não justifica, por si só, a aplicação da multa prevista no art. 18 do CPC, que exige inequívoca comprovação de dolo processual, o que não se vislumbra no presente caso.
3. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial aos aclaratórios, sanando a omissão suscitada apenas para integração do acórdão vergastado, sem, contudo, emprestar-lhes efeitos infringentes.



257

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0304485-5, em sessão realizada no dia 03 / 10 / 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em conceder-lhes parcial provimento, por unanimidade, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.I.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



258

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0304485-5

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Procurador de Justiça: Ricardo Guerra Gabínio.

Embargado: José Noserinaldo Santos Fernandes.

Advogado: Joaquim Rodrigues da Silva.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão proferido nos autos da Apelação Cível em apenso que, sob a ótica do embargante, incorreu em omissão na medida em que não teria havido o pronunciamento expresso acerca do pedido de condenação do autor ao pagamento da multa por litigância de má fé prevista nos artigos 17 e 18, do CPC, questão esta suscitada no parecer da Procuradoria do Ministério Público ofertado às fls. 211/219.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhes regular processamento, para, sanando a omissão alegada, atribuir-lhes efeitos infringentes.

É o relatório.

Recife, 05 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



259

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0304485-5

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Procurador de Justiça: Ricardo Guerra Gabínio.

Embargado: José Noserinaldo Santos Fernandes.

Advogado: Joaquim Rodrigues da Silva.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães.

VOTO

Constituem os Embargos de Declaração, na forma como previsto no art. 535, I e II, do CPC, recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada, sendo, em face de construção jurisprudencial, admissível contra decisões em sentido amplo.

Em regra, não possuem os aclaratórios caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, servindo-se tal instrumento recursal a viabilizar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, constato que houve, de fato, omissão quanto à questão trazida a conhecimento pelo embargante. Contudo, creio que, apesar de a questão suscitada dever integrar a decisão vergastada, não lhes serão emprestados os efeitos infringentes perseguidos pelo embargante, pelas razões que demonstrarei a seguir.

De acordo com o disposto no art. 17, do CPC, reputa-se litigância de má fé aquele que:

- I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;*
- II - alterar a verdade dos fatos;*
- III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;*
- IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;*
- V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;*



260

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*VI - provocar incidentes manifestamente infundados. VII -
interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.*

Ressalte-se que a condenação por litigância de má-fé deve estar estribada em fatos concretos, uma vez que não se presume, e incontestes de que a parte agiu de forma maldosa e dolosa.

O fato de o autor executar uma obra sabendo que esta, após procedimento licitatório, passou a ser incumbência da empresa EPA-CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA, e deduzir demanda em Juízo para cobrar o valor correspondente não justifica, por si só, a aplicação da multa prevista no art. 18 do CPC, que exige inequívoca comprovação de dolo processual, o que não vislumbro no presente caso.

Desse modo, conheço dos presentes aclaratórios, dando-lhe provimento parcial para sanar a omissão apontada, integrando o acórdão vergastado, sem, contudo, emprestar-lhes os efeitos infringentes.

É como voto.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator